

Relatório Anual 2022

Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda.

União e transpa rência

a força do
cooperativismo

NOSSO PROPÓSITO:

"Assegurar a continuidade sustentável dos negócios da Coopervap em benefício dos cooperados, dos colaboradores e da sociedade em geral."

NOSSA MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da Coopervap, gerando e comercializando produtos e serviços inovadores e de maior valor agregado.

NOSSOS VALORES

- Ética em todas as relações estabelecidas;
- Proatividade na gestão e na prestação de contas;
- Fortalecimento das relações e da competitividade dos cooperados;
- Parcerias para impulsionar o desenvolvimento local e regional;
- Compromisso social e ambiental como referencial de seus negócios;
- Profissionalização e valorização das lideranças, gestores e equipes;
- Cooperação e integração com todos os públicos de interesse.

www.coopervap.com.br

 **[/coopervap](https://www.facebook.com/coopervap)**

 **[@coopervap](https://www.instagram.com/coopervap)**

 **[/coopervap](https://www.youtube.com/coopervap)**

 **secretaria@coopervap.com.br**

 **(38) 3679-8900**

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida por seus cooperados, colaboradores, consumidores e sociedade em geral pela eficiência de sua gestão e pela qualidade de seus produtos e serviços.

NOSSO NEGÓCIO

Soluções inovadoras que fomentam a cadeia produtiva e comercial da Coopervap, gerando riqueza com sustentabilidade.

NOSSO FOCO ESTRATÉGICO

Elevar a produtividade da Coopervap, com eficiência gerencial e operacional em todas as unidades de negócio

REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Data da Constituição: **20/07/1963**

Registro na JUCEMG: **314.000.1262-1**

CNPJ: **23.153.943/0001-50**

Registro na OCEMG:

015 de 07/04/1972

Conselho de Administração



VALDIR B. DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ S. SILVA
Vice-Presidente



EVANDRO JOSÉ CAIXETA
Conselheiro Administrativo



ÍCARO B. BOTELHO
Conselheiro Administrativo



LIONEL O. DOS SANTOS
Conselheiro Administrativo



SILVIO DE SÁ G. JÚNIOR
Conselheiro Administrativo



ADILSON R. FRANCO
Conselheiro Administrativo



IDELFONSO F. NETO
Conselheiro Administrativo

Conselho Fiscal



CLÁUDIO M. DE ALMEIDA
Conselheiro Fiscal



DAVI DOS SANTOS FREITAS
Conselheiro Fiscal



GERALDO PIMENTEL B. FILHO
Conselheiro Fiscal



DILERMANDO R. CARVALHO
Conselheiro Fiscal



JEANETE A. DUARTE
Conselheira Fiscal



JOÃO ALVES P. NETO
Conselheiro Fiscal

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva coordenar e fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração, estabelecendo normas, programas e metas necessárias ao desenvolvimento das atividades administrativas, financeiras, operacionais, comerciais e assistenciais, bem como efetuar os seus controles.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável por fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, além de supervisionar sua gestão, para que suas ações atendam aos interesses dos cooperados.

Conselho Fiscal

Durante a Assembleia Geral, também são eleitos os membros do Conselho Fiscal, órgão que monitora o cumprimento dos deveres legais e estatutários da administração da Coopervap, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes.

01 – MATRIZ – SUPERMERCADO

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 160 – CENTRO – PARACATU – MG
CEP: 38.600-190 – CNPJ-MF: 23.153.943/0001-50 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0075 – e-mail:
compras@coopervap.com.br –
cadastro@coopervap.com.br

05 – AGRO-VETERINÁRIA

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 172 – CENTRO – PARACATU – MG
CEP: 38.600-190 – CNPJ-MF: 23.153.943/0005-83 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1632 – e-mail:
veterinaria@coopervap.com.br –
coopervapagrovvet@coopervap.com.br

07 – UAC – UNIDADE ARMAZENADORA CENTRAL

RUA LITORÂNEA, 601 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG –
CEP: 38.606.444 – CNPJ-MF: 23.153.943/0007-45 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0563 – e-mail:
uacalmox@coopervap.com.br

08 – POSTO DE COMBUSTÍVEL

RUA SILVINO REIS, 160 – CENTRO – PARACATU-MG CEP:
38.600-194
CNPJ-MF: 23.153.943/0008-26 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581-0644
e-mail: posto@coopervap.com.br

09 – USINA

RUA ALÍRIO ROCHA, 700 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG
Registro IMA:2936 – CNPJ-MF: 23.153.943/0009-07 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0725 – CEP: 38.606-454
– e-mail: usinaalmox@coopervap.com.br

10 – PARQUE DE EXPOSIÇÃO (Inativo) (CNPJ 01)

RUA ALÍRIO ROCHA, 450 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG –
CNPJ-MF: 23.153.943/0010-40 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ISENTO – CEP: 38.606-454

11 – UAER – UNIDADE ARMAZENADORA ENTRE RIBEIROS

PROJETO DE COLONIZAÇÃO ENTRE RIBEIROS – PARACATU-
MG CEP: 38.600-001 – CNPJ-MF: 23.153.943/0011-21 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0806 – e-mail:
uacalmox@coopervap.com.br

12 – FILIAL DE BRASÍLIA

QI 416 CONJUNTO 02 LOTE 10 CEP: 72.320-300 – SAMAMBAIA
– BRASÍLIA-DF – CNPJ-MF: 23.153.943/0012-02 – INSCRIÇÃO
ESTADUAL: 07.313.701.0233
e-mail: brasilia@coopervap.com.br

15 – INSUMOS AGROPECUÁRIOS

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO C – VILA ALVORADA – PARACATU-
MG – CEP: 38.606-444 – CNPJ-MF: 23.153.943/0015-55 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1225 – e-mail:
uacalmox@coopervap.com.br

18 – FÁBRICA DE RAÇÕES

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO A – VILA ALVORADA –
PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0018-06 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581-1551

e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

20 – DROGARIA COOPERVAP

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 170 – CENTRO – PARACATU-MG
CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0020-12 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.1713

e-mail: cadastro@coopervap.com.br

**21 – CRIAÇÃO DE BOVINOS P/LEITE – ABERTURA:
02/03/2009 (30411)**

RODOVIA BR 040 PTU/BH KM 45 A DIREITA + 2 KM – ZONA
RURAL – PARACATU-MG CNPJ-MF: 23.153.943/0021-01 –
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581- 2540

23 – POSTO 040

RODOVIA BR 040, KM 44,7 – PARACATU – MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0023-65 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.2477

e-mail: posto040@coopervap.com.br

25 – REVENDA DE RAÇÕES – VAZAMOR – VAZANTE

RUA: COROMANDEL, 1020 – A – CEP: 38.780-000

CNPJ: 23.153.943/0025-27 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.1977

26 – BENEFICIAMENTO DE GRÃOS E TORREFAÇÃO DE CAFÉ

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO F – VILA ALVORADA – CEP:
38.606-444

CNPJ: 23.153.943/0026-08 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.2132

27 – COMERCIAL AGRÍCOLA

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO G – VILA ALVORADA –
PARACATU – MG – CEP: 38.606-444 CNPJ-MF:
23.153.943/0027-99 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.2213 – e-mail: agricola@coopervap.com.br

28 – VETERINÁRIA GUARDA-MOR

RUA ENGENHEIRO ROBERTO, 219-A – CENTRO –
GUARDA-MOR-MG – CEP: 38.570.000 – CNPJ-MF:
23.153.943/0028-70 – INSCRIÇÃO ESTADUAL:
470.045.581.2396 – e-mail: guardamor@coopervap.com.br

30 – CD – CENTRO DE DISTRIBUICAO

RUA ALÍRIO ROCHA, 702 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG
– CNPJ-MF: 23.153.943/0030-94 INSCRIÇÃO
ESTADUAL: 470.045.581.2620 CEP: 38.606-454

Prezados associados,

A diretoria da **Cooperativa - Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda.**, apresenta os resultados do exercício de 2022. O trabalho em equipe, dedicação, união e transparência foram essenciais para esse desenvolvimento.

Um novo ciclo!

Esta diretoria apresentou a todos os envolvidos direta e indiretamente, um novo modelo de gestão da Coopervap. Foram centenas de obras em todas as áreas da empresa e o mais importante, a maturidade dos associados e gestores comprometidos com o cooperativismo.

O trabalho, pautado na **união, transparência** e no **amplo debate com os associados** é a nossa marca. Ampliamos o raio de ação de captação de leite, mantemos uma das maiores rotas do estado de Minas Gerais, viabilizando a agricultura familiar para pequenos produtores e assentados, vamos melhorar o nosso atendimento aos produtores de grãos, desde o plantio até a armazenagem. Estamos gerando emprego e renda para milhares de famílias em Paracatu e toda região.

O cooperativismo, princípio que une esforços para o progresso econômico e social, tornou-se a solução para o nosso desenvolvimento forte e sólido, atualmente temos 2.748 associados, 644 funcionários diretos e centenas de empregos indiretos. Temos consciência da grande importância do trabalho em benefício de todos.

Após essas mudanças, a Coopervap jamais será a mesma. O trabalho desenvolvido nos últimos ano foi de reestruturação e manutenção das estruturas da cooperativa, grandes investimentos visando baixar custos de produção, gestão de energia elétrica, gestão de pessoas e aperfeiçoamento na fabricação de alimentos, oferecendo mais segurança e qualidade na oferta de produtos e serviços. A empresa segue firme, com uma diretoria que preza pela responsabilidade social, amor pelo ser humano e a natureza.

Vamos continuar dedicando todo nosso esforço em prol de vocês, associados.

Muito obrigado a todos.



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente

SUMÁRIO

Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	15
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	58
Parecer do Conselho Fiscal	61

RELATÓRIO
ANUAL

2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.512.375	28.132.303	Empréstimos e financiamentos	12	138.366.856	96.062.704
Contas a receber	6	77.514.065	78.449.489	Fornecedores	13	19.320.582	22.444.585
Estoques	7	74.652.914	91.492.132	Obrigações com cooperados	14	16.780.384	11.864.065
Impostos e contribuições a recuperar	8	42.972.256	15.393.707	Salários, férias e obrigações sociais	15	5.272.337	4.878.110
Outros ativos	9	5.728.345	4.893.604	Obrigações tributárias	16	4.668.285	5.450.938
Despesas antecipadas		196.077	144.815	Outros passivos	17	13.203.823	15.124.184
Total do ativo circulante		242.576.032	218.596.050	Total do passivo circulante		197.612.267	155.824.586
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	12	8.341.413	15.443.451
Contas a receber	6	1.176.387	1.170.143	Obrigações tributárias	16	6.998.651	8.537.893
Outros ativos	9	1.639.654	722.852	Capital a resstituir		1.255.277	1.116.338
Bens destinados a venda		14.794	14.794	Imposto de renda contribuição social diferidos	18	1.869.440	1.786.661
Investimentos	10	22.432.125	18.236.032	Provisão para contingências	19	705.837	843.060
Imobilizado	11	92.812.234	81.289.621	Total do passivo não circulante		19.170.618	27.727.403
Intangível		2.238.362	2.651.346	Patrimônio líquido			
Total do não circulante		120.313.556	104.084.788	Capital social		26.715.888	23.262.407
				Ajuste de avaliação patrimonial – AAP		25.493.995	27.407.148
				Reserva de equalização		1.511.657	1.511.657
				Reserva legal		44.352.010	40.783.633
				Fundo de desenvolvimento tecnológico		25.968.157	24.864.338
				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		20.409.268	20.564.870
				Sobras à disposição da Assembleia		1.655.728	734.796
				Total do patrimônio líquido	21	146.106.703	139.128.849
Total do ativo		362.889.588	322.680.838	Total do passivo e do patrimônio líquido		362.889.588	322.680.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
Ingresso/ receita operacional líquido	22	623.352.768	549.291.803
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(558.429.402)	(485.818.175)
Sobra/ lucro bruto		64.923.366	63.473.628
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais			
Dispêndios/ despesas com pessoal	23	(24.013.381)	(23.448.805)
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	24	(22.081.483)	(18.380.321)
Dispêndios/ despesas comerciais	25	(14.738.221)	(11.888.919)
Dispêndios/ despesas tributárias	26	(1.702.338)	(2.069.881)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	27	13.842.255	4.162.180
		(48.693.168)	(51.625.746)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		16.230.198	11.847.882
Resultado financeiro			
Ingressos/ receitas financeiras		4.822.085	1.291.056
Dispêndios/ despesas financeiras		(17.445.132)	(6.795.610)
	28	(12.623.047)	(5.504.554)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.607.151	6.343.328
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		125.049	96.580
Imposto de renda e contribuição social – correntes	29	-	(3.461.327)
Sobra/ lucro líquido do exercício		3.732.200	2.978.581
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos		1.705.326	1.481.520
Utilização da RATES		1.535.375	1.168.825
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal		(1.453.808)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros p/ o RATES		-	(3.179.606)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 25%		(1.379.773)	(612.330)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%		(1.103.819)	(489.864)
RATES – 25%		(1.379.773)	(612.330)
Sobras à disposição da Assembleia	21	1.655.728	734.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra/ lucro líquido do exercício	<u>3.732.200</u>	<u>2.978.581</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>3.732.200</u></u>	<u><u>2.978.581</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	23.262.407	27.407.148	1.511.657	40.783.633	24.864.338	20.564.870	734.796	139.128.849
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO	-	-	-	734.796	-	-	(734.796)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.913.153)	-	-	-	-	1.705.326	(207.827)
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.523.923	-	-	-	-	-	-	1.523.923
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.859.880	-	-	-	-	-	-	2.859.880
Baixas de capital por saídas de cooperados	(930.322)	-	-	-	-	-	-	(930.322)
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para reserva legal	-	-	-	1.453.808	-	-	(1.453.808)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para a RATES	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.535.375)	1.535.375	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.732.200	3.732.200
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	1.379.773	-	-	(1.379.773)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	1.103.819	-	(1.103.819)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	1.379.773	(1.379.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.715.888	25.493.995	1.511.657	44.352.010	25.968.157	20.409.268	1.655.728	146.106.703

...continua

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**

... continuação

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de desenvolvimento tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	19.860.004	29.067.575	1.511.657	37.267.570	24.374.474	17.941.759	2.903.733	132.926.772
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 27/3/2021	-	-	-	2.903.733	-	-	(2.903.733)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.660.427)	-	-	-	-	1.481.520	(178.907)
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.264.848	-	-	-	-	-	-	1.264.848
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.495.043	-	-	-	-	-	-	2.495.043
Baixas de capital por saídas de cooperados	(357.488)	-	-	-	-	-	-	(357.488)
Transferência do resultado das operações com terceiros para a RATES	-	-	-	-	-	3.179.606	(3.179.606)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.168.825)	1.168.825	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.978.581	2.978.581
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	612.330	-	-	(612.330)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	489.864	-	(489.864)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	612.330	(612.330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.262.407	27.407.148	1.511.657	40.783.633	24.864.338	20.564.870	734.796	139.128.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra/lucro líquido do exercício	3.732.200	2.978.581
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(125.049)	(96.580)
Depreciações e amortizações	4.594.883	3.994.055
Valor residual das baixas do imobilizado	655.172	-
Reversões e provisões para ações judiciais	(137.223)	843.060
Ganhos (Perdas) com cooperativa investida	(1.572.058)	10.692.277
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	929.180	(18.522.647)
Estoques	16.839.218	(53.309.597)
Impostos e contribuições a recuperar	(27.578.549)	(8.095.876)
Despesas antecipadas	(51.262)	32.439
Outros ativos	(1.661.543)	(6.407.225)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(3.124.003)	11.211.151
Obrigações com cooperados	4.916.319	(3.185.833)
Salários, férias e obrigações sociais	394.227	528.841
Obrigações tributárias	(2.321.895)	1.264.540
Outros passivos e capital a restituir	(1.781.422)	12.354.855
Recursos líquidos provenientes das operações	(6.291.805)	(45.717.959)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(2.624.035)	(2.141.645)
Aquisições do imobilizado	(16.103.288)	(5.139.962)
Aumento do intangível	(256.395)	(1.197.520)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(18.983.718)	(8.479.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Varição dos empréstimos e financiamentos	35.202.114	48.382.619
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	2.859.880	2.495.043
Aumento de capital com juros sobre o capital	1.523.923	1.264.848
Baixas de capital por saídas de cooperados	(930.322)	(357.488)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	38.655.595	51.785.022
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	13.380.072	(2.412.064)
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.512.375	28.132.303
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.132.303	30.544.367
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	13.380.072	(2.412.064)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO
ANUAL

2022

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – COOPERVAP é uma sociedade cooperativa com sede em Paracatu, Estado de Minas Gerais, e que tem por objetivo principal o estímulo do crescimento do cooperativismo através da atividade principal que é o recebimento e resfriamento de leite de seus associados, bem como a sua industrialização e distribuição no estado e toda federação, o desenvolvimento e a defesa econômica de seus cooperados, desenvolvendo progressivo dos interesses de caráter comum, programas de ação nas seguintes áreas:

- (a) Recebimento e beneficiamento de leite, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados principalmente soja, milho e outros;
- (b) Venda de insumos agropecuários, peças, implementos e mercadorias em geral para os cooperados por meio de lojas próprias;
- (c) Venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros por meio de supermercado, farmácias veterinárias, postos de combustíveis, drogaria, padaria, açougue, confecções etc.;
- (d) Pesquisa e cooperação técnica nas áreas agropecuária e veterinária;
- (e) Industrialização e fornecimento de ração para pecuária em geral; e

Em 31 de dezembro de 2022 possui 2.806 cooperados (2.729 cooperados em 31 de dezembro de 2021). O atendimento aos seus cooperados é realizado por intermédio da matriz em Paracatu – MG, e pelas unidades localizadas nos municípios de Guarda Mor – MG e Distrito de Vazamor – MG.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 17 de março de 2023 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Administração da Cooperativa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na reversão também é reconhecido no resultado.

2.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, quando aplicável. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e as variações são registradas como sobras ou perdas. Nos exercícios de 2022 e 2021, não foram realizadas operações com derivativos para fins especulativos.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

A Cooperativa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). As perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os principais critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, são a identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato ou inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração das sobras.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

2.5 Contas a receber

As duplicatas a receber de clientes e cooperados correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e prestação de serviços, no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Os valores a receber classificados como não circulante, são títulos com prazo de vencimento e expectativa de recebimento superior a um ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa “PECLD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado aos clientes e cooperados, ajustadas a valor presente, aumentadas por juros, e, se necessário, ajustadas pela provisão para *impairment*.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos para a aquisição e produção e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade de produção normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perdas por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.7 Bens destinados a venda

Estão avaliados pelo custo de aquisição e ajustados quando necessário ao seu valor justo, líquido das despesas de vendas, ou pelo valor líquido contábil, dos dois o menor.

2.8 Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são avaliados pelo custo de aquisição, ajustado pelo seu valor justo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a avaliação de investimentos em sociedades cooperativas pelo método da equivalência patrimonial. O valor líquido desses investimentos é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O saldo é representado substancialmente pela participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído (*deemed cost*) para os bens das contas de terrenos e edificações e terras de uso e exploração, com base em laudo de peritos independentes.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração das sobras ou perdas, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outros ingressos operacionais” na demonstração das sobras ou perdas.

A depreciação é calculada e reconhecida no custo e despesa no resultado do exercício, usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada conforme as taxas definidas no laudo dos peritos. As taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 11.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.10 Intangível

Representado por gastos com a aquisição de softwares adquiridos separadamente e marcas e patentes, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e cooperados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Cooperativa, por alinhar um perfil de sociedade sem objetivo de lucro, não tem incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre seu resultado de operações realizadas com cooperados.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não-cooperados (atos com terceiros), são tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes, quando aplicável, utilizando como regime de apuração o lucro real.

2.16 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.17 Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissões, os cooperados tem seu capital devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista e ficam classificados no passivo circulante e não circulante conforme definido a forma de devolução em estatuto e assembleia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.19 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais - são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.20 Reconhecimento do ingresso/ receita

O ingresso/ receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no mercado nacional no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos juros e dos descontos. A Cooperativa reconhece o ingresso/ receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa, conforme descrição a seguir:

Venda de produtos - a Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

Receita financeira - a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21 Arrendamentos

Um arrendatário quando relevante, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

2.22 Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa ao final do exercício, com base em seu estatuto social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são provisionadas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

2.23 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.24 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da Assembleia Geral Ordinária, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

2.25 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa “impairment” - as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas mediante a aplicação de percentuais estimados de perda sobre cada categoria da carteira de título a receber. Esses títulos a receber são classificados por categorias, considerando, substancialmente, a natureza do título, sua condição de recebimento (vencido ou a vencer) e as garantias existentes, conforme nota explicativa 6.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

Perdas estimadas para não realização dos estoques - as perdas estimadas para não realização dos estoques quando aplicável registradas considerando os estoques obsoletos e de movimentação lenta, conforme nota explicativa 7.

Perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar - as perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar foram constituídas considerando a expectativa de não realização da Administração quanto a recuperabilidade desses créditos, conforme nota explicativa 8.

Provisão para contingências - a provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 19.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco da atividade e risco de taxas de juros.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Cooperativa, e está de acordo com as políticas definidas. A Administração da Cooperativa identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, bem como para áreas específicas, risco de volatilidade do mercado de commodities agrícolas, risco de crédito e uso de instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

Risco de crédito - os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. É adotada política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência. Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de frustrações de safra, no entanto, por conta desse risco, é mantida posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento.

Risco de liquidez - o risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa. As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e os próprios cooperados. O gerenciamento do risco de liquidez considera análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos associados. Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,23 e 1,13, respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

Risco da atividade - as principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando principalmente com a comercialização de insumos agrícolas e recebimento, limpeza, secagem, classificação, armazenamento e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito. As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

Risco de taxas de juros - a Cooperativa não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam na grande maioria, entre 3% e 16,00% ao ano.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização tecnológica, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamentos de longo prazo.

Os recursos necessários para garantir a liquidez de suas atividades comerciais são obtidos mediante a captação de recursos no mercado financeiro das modalidades crédito rural.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	515.037	151.320
Bancos conta movimento	6.275.056	8.447.654
Aplicações financeiras	34.722.282	19.533.329
	41.512.375	28.132.303

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**

6 Contas a receber

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Clientes	39.434.513	1.168.419	40.602.932	44.369.361	1.111.991	45.481.352
Cooperados	45.220.653	1.162.450	46.383.103	38.847.878	1.351.109	40.198.987
Repasses a cooperados – conta financiada	-	6.455.181	6.455.181	-	6.455.181	6.455.181
(-) Ajuste a valor presente (i)	(703.744)	(374.205)	(1.077.949)	(523.227)	(325.307)	(848.534)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(6.437.357)	(7.235.458)	(13.672.815)	(4.244.523)	(7.422.831)	(11.667.354)
	77.514.065	1.176.387	78.690.452	78.449.489	1.170.143	79.619.632

(i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

(ii) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes e cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. As perdas estimadas registradas pela Administração da Cooperativa, são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas com valores de contas a receber.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**

7 Estoques

Descrição	2022	2021
Produtos e Mercadorias para revenda	38.863.262	32.932.480
Produtos agrícolas	12.468.052	29.795.197
Produtos agrícolas – terceiros (i)	13.013.543	14.520.645
Matérias-primas	5.246.249	3.727.801
Almoxarifado	3.080.194	3.156.497
Produtos em elaboração	2.331.299	223.312
Bovinos	39.879	448.575
Aquisição de mercadorias para recebimento futuro	3.868.481	6.687.625
(-) Provisão para perdas do estoque	(4.258.045)	-
	74.652.914	91.492.132

(i) O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” refere-se à obrigação quanto aos estoques de terceiros depositados na Cooperativa, cuja contrapartida está registrada na rubrica de “Outros passivos”, conforme nota 17.

A Cooperativa implantou o novo ERP (sistema) e passa pelo processo de implementação e adequação dos processos e módulo específico de estoque e custo de produção coordenado e integrado à contabilidade. Assim, estão sendo feitas as conciliações dos saldos com os estoques físicos através de processo de levantamento e a verificação da valorização do custo médio dos produtos. Ainda nesse processo, está ocorrendo a verificação dos cadastros dos produtos e o levantamento e aprimoramento da apuração dos créditos tributários de PIS e COFINS, com a integração e parametrização do novo sistema.

A Administração da Cooperativa com a conclusão do processo de levantamento do estoque poderá concluir sobre a necessidade ou não de possível registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta através de novas ferramentas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Em reais

8 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	22.054.460	-	22.054.460	14.481.870	-	14.481.870
ICMS – CIAP (iii)	2.838.535	-	2.838.535	2.115.413	-	2.115.413
PIS (ii)	3.207.175	3.511.055	6.718.230	470.155	4.751.966	5.222.121
COFINS (ii)	16.336.176	13.926.642	30.262.818	3.729.254	19.007.599	22.736.853
Imposto de renda	2.051.638	-	2.051.638	626.815	-	626.815
Contribuição social	632.321	-	632.321	197.861	-	197.861
(-) Provisão para PIS/COFINS (i)	(1.309.514)	(17.437.697)	(18.747.211)	(4.112.248)	(23.759.565)	(27.871.813)
(-) Provisão para ICMS – CIAP (iii)	(2.838.535)	-	(2.838.535)	(2.115.413)	-	(2.115.413)
	42.972.256	-	42.972.256	15.393.707	-	15.393.707

(i) Com o advento da Lei 10.865/2004, artigo 21, as sociedades cooperativas agropecuárias foram inseridas na regra de apuração não-cumulativa das contribuições do PIS e da COFINS. A Administração da Cooperativa, devido às incertezas quanto à realização e prazo de realização desses créditos, considerando que a Cooperativa opera substancialmente com atos cooperativos, que não são tributados, decidiu constituir perdas estimadas para não realização para parte dos créditos, levando em consideração que tem conseguido através de seus consultores jurídicos com os pedidos junto a Receita Federal do Brasil – RFB, realizar parte desses valores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

- (ii) Em 2019, a Cooperativa retificou as obrigações acessórias referente aos exercícios de 2014 a 2018, e em decorrência desse fato, reconheceu nos saldos contábeis, créditos de PIS e COFINS baseado no levantamento feito pelos seus consultores tributários, perfazendo o montante no valor de R\$ 21.055.157. Os créditos apurados estão em consonância com o advento da Lei nº 10.637/2002 artigo 3 e da Lei nº 10.925/2004 artigo 8, que dispõe dos créditos que podem ser descontados na apuração do PIS e da COFINS, destacando, bens e serviços utilizado para consumo, energia elétrica, bens imobilizados, edificações e benfeitorias em imóveis próprios, frete na operação de venda e insumos na produção de mercadorias de origem animal ou vegetal destinada a alimentação humana ou animal.

Ainda, sobre o assunto, houve uma intimação realizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, para esclarecimentos sobre o motivo de divergências apresentadas entre os saldos de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições e na Escrituração Contábil Digital (ECD), referente aos exercícios 2015 e 2016. Em 2020, após a fiscalização da Receita Federal do Brasil a Cooperativa reconheceu os valores de tributos de IRPJ e CSLL sobre as receitas dos créditos escriturados desses exercícios mencionados, ainda não tributadas, cujo montante desses tributos foi parcelado e sendo recolhido normalmente junto ao fisco, conforme nota explicativa 16.

No exercício de 2019, a Cooperativa, utilizou parte dos créditos para pagamento de imposto de renda e contribuição social, através dos PER/DCOMP. Em 2020, os créditos foram utilizados na compensação de IRPJ, CSLL, IRRF sobre os juros sobre o capital próprio e INSS. Em 2021 a Cooperativa através dos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil - RFB, recebeu crédito em conta corrente no montante de R\$ 9.132.563 e fez compensação dos débitos com IRPJ, CSLL, INSS no montante de R\$ 11.277.752, cujos créditos compensados, ainda estão em processo de análise e validação para sua homologação pelo fisco. Em 2022 através dos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil - RFB, recebeu crédito em conta corrente no montante de R\$ 6.321.868.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

Em 2020 a Cooperativa reconheceu os créditos de PIS e COFINS conforme as informações fiscais de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições, referente aos períodos de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. No Exercício de 2021, a Cooperativa registrou um complemento de crédito extemporâneo, com base nas informações levantadas por seus consultores tributários. Com o processo de implantação do novo ERP (sistema), a Cooperativa também passou a registrar contabilmente os valores dos créditos sobre as aquisições que ocorreram nos exercícios de 2022 e 2021, entretanto ainda passarão por escrituração fiscal nas obrigações acessórias e revisão dos consultores tributários para validação.

A Administração entende que com o alinhamento final dos processos do novo sistema ERP, os créditos tributários passarão a ser reconhecidos no ato das entradas dos itens no estoque, regularizando a valorização dos saldos dos créditos e de estoques evitando a necessidade de levantamento paralelo dos referidos créditos.

A Cooperativa através de seus assessores jurídicos, busca junto ao fisco o ressarcimento de parte dos créditos, tendo em vista que as suas operações atuais com ato não cooperado (terceiros), não geram débitos suficientes para consumir os créditos escriturados nas entradas.

- (iii) A Administração da Cooperativa por conta da incerteza quanto a realização dos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP), decidiu constituir provisão para não realização do saldo até a finalização das análises quanto a expectativa de recuperabilidade desses créditos, bem como a conciliação com os ativos registrados no patrimônio.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Em reais

9 Outros ativos

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cartões de créditos	3.867.749	-	3.867.749	3.141.656	-	3.141.656
Cheques a receber	2.024.772	-	2.024.772	2.191.799	-	2.191.799
Consórcios	-	1.632.976	1.632.976	-	716.174	716.174
Cheques devolvidos	690.770	-	690.770	147.096	-	147.096
Adiantamentos a colaboradores	195.816	-	195.816	176.616	-	176.616
Outros	-	6.678	6.678	-	6.678	6.678
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.050.762)	-	(1.050.762)	(673.563)	-	(673.563)
	5.728.345	1.639.654	7.367.999	4.983.604	722.852	5.706.456

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**10 Investimentos****a Composição do saldo**

Descrição	2022	2021
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL	21.241.829	17.445.176
Sicoob Crediparnor	780.557	662.332
Credipatos	300.507	500
Cotas de consórcio	56.871	76.000
Sicoob Credivaz	50.524	50.524
Fecoagro	1.000	1.000
Sicoob Sis Br	517	500
Sicoob Credipinho	320	-
	22.432.125	18.236.032

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**

b Movimentação dos investimentos

	CEMIL	Crediparnor	Credivaz	Sicoob Sis Br	Credipatos	Fecoagro	Sicoob Credipinho	Cotas de consórcio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	26.057.069	609.847	42.748	-	-	1.000	-	76.000	26.786.664
Adição	2.080.384	52.485	7.776	500	500	-	-	-	2.141.645
Baixa	(10.692.277)	-	-	-	-	-	-	-	(10.692.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.445.176	662.332	50.524	500	500	1.000	-	76.000	18.236.032
Adição	3.796.653	118.225	-	17	300.007	-	320	(19.129)	4.196.093
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.241.829	780.557	50.524	517	300.507	1.000	320	56.871	22.432.125

Em 2022 o resultado positivo no valor de R\$ 3.796.653, da parte proporcional do resultado da CEMIL foi incorporado ao capital social da Cooperativa. Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária da CEMIL, foi definido que o resultado negativo no valor de R\$ 10.692.277 apurado em 2021, fosse amortizado com o saldo do capital integralizado das cooperativas associadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Em reais

11 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	2022		2021	
				Total	Total	Total	Total
Terrenos	-	30.771.023	-	30.771.023	31.426.195		
Edificações	De 1,67% até 2,86%	32.480.371	(11.297.297)	21.183.074	21.652.479		
Máquinas, equipamentos e instalações	De 6,67% até 10%	42.925.533	(23.896.901)	19.028.632	20.362.172		
Veículos	De 10% até 20%	10.369.320	(5.166.865)	5.202.455	5.060.260		
Equipamentos de informática	De 50% até 10%	2.275.678	(1.578.753)	696.925	715.543		
Móveis e utensílios	De 6,67% até 10%	1.645.693	(796.934)	848.759	732.355		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 3,33% até 4,17%	257.044	(257.044)	-	-		
Imobilizado em andamento	-	15.081.366	-	15.081.366	1.340.617		
		135.806.028	(42.993.794)	92.812.234	81.289.621		

*Custo de aquisição e o ajuste de avaliação patrimonial.

A Administração da Cooperativa contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado do trabalho, apurou um acréscimo no ativo imobilizado que foi registrado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de Ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em reais**

Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação no exercício está ajustada levando em consideração as referidas análises.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

a Movimentação do imobilizado – custo

Descrição	Saldo				Saldo			
	01/1/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	2021	Aquisições	Baixas	Transferências
Terrenos	31.426.195	-	-	-	31.426.195	-	(655.172)	-
Edificações	30.384.017	-	-	1.660.014	32.044.031	-	-	436.340
Máquinas, equipamentos e instalações	39.439.986	1.331.624	-	1.374.814	42.146.424	650.746	-	128.363
Veículos	9.011.936	735.162	(130.005)	-	9.617.093	752.227	-	-
Equipamentos de informática	1.900.624	205.422	-	-	2.106.046	169.632	-	-
Móveis e utensílios	1.009.297	92.777	-	318.388	1.420.462	225.231	-	-
Benefícios em imóveis de terceiros	257.044	-	-	-	257.044	-	-	-
Imobilizado em andamento	1.918.856	2.774.977	-	(3.353.216)	1.340.617	14.305.452	-	(564.703)
	115.347.955	5.139.962	(130.005)	-	120.357.912	16.103.288	(655.172)	-
								135.806.028

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais****b Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	Saldo 1º/1/2021	Adições	Baixas	Saldo 2021	Adições	Baixas	Saldo 2022
Edificações	(9.516.323)	(875.229)	-	(10.391.552)	(905.745)	-	(11.297.297)
Máquinas, equipamentos e instalações	(19.625.332)	(2.158.920)	-	(21.784.252)	(2.112.649)	-	(23.896.901)
Veículos	(4.204.648)	(482.190)	130.005	(4.556.833)	(610.032)	-	(5.166.865)
Equipamentos de informática	(1.199.248)	(191.255)	-	(1.390.503)	(188.250)	-	(1.578.753)
Móveis e utensílios	(609.983)	(78.124)	-	(688.107)	(108.827)	-	(796.934)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(257.044)	-	-	(257.044)	-	-	(257.044)
	(35.412.578)	(3.785.718)	130.005	(39.068.291)	(3.925.503)	-	(42.993.794)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Em reais

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros anuais	Garantias	Vencimento final	2022		2021			
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Industrialização	De 5,5% a 16%	Aval, estoques e cessão fiduciária aplicação financeira	Dezembro de 2023	127.315.166	-	127.315.166	65.778.577	-	65.778.577
Capital de giro	4,75% e 100% CDI + 0,19% a.m.	Aval, cessão aplicação Financeira e cessão de recebíveis cartões de créditos	Julho de 2024	3.697.714	3.266.667	6.964.381	17.895.057	6.678.519	24.573.576
Securitização	3% + variação produto	Aval e alienação	Outubro de 2025	7.320.506	5.074.746	12.395.252	2.503.432	8.732.307	11.235.739
Investimento	7,00%	Aval e bens	Fevereiro de 2023	33.470	-	33.470	67.767	32.625	100.392
Comercialização	5,60%	Aval e estoque	Junho de 2022	-	-	-	9.741.664	-	9.741.664
Finame	De 2,5% a 5,1%	Aval e bens	Novembro de 2022	-	-	-	76.207	-	76.207
				138.366.856	8.341.413	146.708.269	96.062.704	15.443.451	111.506.155

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

13 Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores nacionais	<u>19.320.582</u>	<u>22.444.585</u>

O saldo de fornecedores e prestadores de serviço é composto pelos valores a pagar à prestadores de serviço e fornecedores de mercadorias que são disponibilizadas nas unidades da Cooperativa, adquiridos em parte, diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

O saldo de fornecedores apresenta-se líquido do ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$ 163.395 (R\$ 151.141 em 2021) que foi calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

14 Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cooperados – fornecimento de leite	<u>16.780.384</u>	<u>11.864.065</u>

Substancialmente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

O saldo de fornecedores apresenta-se líquido do ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$ 25.542 (R\$ 43.479 em 2021) que foi calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

15 Salários, férias e obrigações sociais

Descrição	2022	2021
Provisão de férias e encargos	3.157.160	2.805.758
Salários a pagar	1.101.479	966.212
INSS	750.242	696.604
FGTS	222.615	201.725
Honorários	20.484	92.746
PIS sobre folha	18.997	32.028
Outros	1.360	83.037
	5.272.337	4.878.110

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais****16 Obrigações tributárias**

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento ICMS (i)	1.642.002	6.259.437	7.901.439	1.806.748	7.449.530	9.256.278
Parcelamento IRPJ e CSLL (ii)	466.872	739.214	1.206.086	421.302	1.088.363	1.509.665
COFINS a recolher	959.196	-	959.196	225.359	-	225.359
IRPJ e CSLL	621.972	-	621.972	2.053.915	-	2.053.915
ICMS	275.617	-	275.617	328.559	-	328.559
INSS Funrural	255.501	-	255.501	241.579	-	241.579
Pis a recolher	207.957	-	207.957	48.641	-	48.641
Outros tributos	239.168	-	239.168	324.835	-	324.835
	4.668.285	6.998.651	11.666.936	5.450.938	8.537.893	13.988.831

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

- (i) Em 22 de junho de 2018, foi lavrado o Termo de Autodenúncia nº 05.000294985-21, no valor de R\$ 11.507.205, devido ausência de recolhimento do ICMS operação própria da Cooperativa, em razão de ter efetuado o estorno de crédito apropriado pela aquisição de leite *in-natura*. O parcelamento foi deferido em 120 parcelas mensais e consecutivas. Em 2021 a Cooperativa formalizou quatro Termos de Autodenúncia referente a ICMS ST os quais possuem os seguintes valores e formas de pagamento: dois Termos que juntos totalizam R\$ 350.065 foram deferidos em 12 parcelas mensais, um Termo no montante de R\$ 799.030 deferido em 48 parcelas mensais e um Termo no valor de R\$ 412.544 deferido em 24 parcelas mensais. Todos sendo honrados normalmente.
- (ii) Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal do Brasil – RFB relativo a IRPJ e CSLL dos períodos fiscalizados de 2015 e 2016, por conta de reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme nota explicativa 8, cujo valor foi parcelado e deferido em 60 parcelas mensais e consecutivas as quais estão sendo honradas normalmente.

17 Outros passivos

Descrição	2022	2021
Produtos agrícolas – terceiros (i)	13.013.543	14.520.645
Repasses a convênios	5.925	-
Outras despesas	184.355	603.539
	13.203.823	15.124.184

- (j) O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” refere-se à obrigação quanto aos estoques de terceiros depositados na Cooperativa, cuja contrapartida está registrada na rubrica de “Estoques”, conforme nota 7.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se aos tributos calculados sobre o valor da avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*) dos bens imobilizados com base em laudo de peritos independentes. Foram constituídos considerando as alíquotas vigentes dos tributos, e ainda proporcional ao percentual que a Cooperativa atua com atos não cooperativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

19 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em uma ação cível que se trata de execução fiscal FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente a qual está sendo discutida na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para a ação e o valor envolvido, cujos assessores jurídicos classificaram como expectativa de perda provável.

Descrição	Provisão para contingências	
	2022	2021
Cível	705.837	843.060

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações, cíveis e trabalhistas nos montantes, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 7.851.242 e R\$ 219.939 (R\$ 9.066.871 e R\$ 917.019 em 2021), respectivamente. A opinião dos assessores jurídicos quanto ao risco de perda no desfecho desses processos até o momento é classificada como possível, mas não provável. Tais ações por natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor monta.

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2022, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

21 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei n° 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 25% para reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 20% para fundo de desenvolvimento tecnológico, destinada ao suporte a novos projetos, modernização e investimento tecnológico na Cooperativa;
- 25% para reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- 100% das sobras rateadas oriundas das participações da Cooperativa em outras sociedades;
- A perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados;
- Os resultados positivos das operações com não cooperados (lucro líquido) serão destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à reserva legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados;
- Quando houver sobras no exercício, a Cooperativa calculará juros de 6% ao ano, sobre o capital integralizado do associado;
- Conforme preconiza o Estatuto Social da Cooperativa, os créditos não reclamados, decorridos cinco anos, são revertidos à Reserva legal; e
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

c Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, bem como os respectivos tributos diferidos correspondentes a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruirão dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Descrição	2022	2021
Sobra/ lucro líquido do exercício	3.732.200	2.978.581
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	1.705.326	1.481.520
Utilização da RATES	1.535.375	1.168.825
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal	(1.453.808)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES	-	(3.179.606)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 25%	(1.379.773)	(612.330)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%	(1.103.819)	(489.864)
RATES – 25%	(1.379.773)	(612.330)
Sobras à disposição da Assembleia	1.655.728	734.796

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais**22 Ingresso/ receita operacional líquido**

Descrição	2022	2021
Ingresso/ receita bruto		
Vendas de produtos e mercadorias: cooperados	523.485.802	460.758.311
Vendas de produtos, mercadorias: terceiros	131.876.909	102.844.682
Prestação de serviços: cooperados	11.875.861	7.808.581
Prestação de serviços: terceiros	2.749.035	2.854.553
	669.987.607	574.266.127
(-) Deduções do ingresso/ receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(42.622.995)	(22.741.254)
Devoluções e abatimentos	(4.011.844)	(2.233.070)
	(46.634.839)	(24.974.324)
	623.352.768	549.291.803

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais****23 Dispêndios/ despesas com pessoal**

Descrição	2022	2021
Salários e honorários	(13.418.245)	(11.916.224)
INSS	(5.767.074)	(5.080.404)
Férias	(1.665.955)	(1.620.526)
FGTS	(1.578.923)	(1.812.995)
13º salário	(1.081.892)	(1.132.256)
Gratificações e ajuda de custo	(1.018.847)	(330.666)
Auxílio alimentação	(867.825)	(725.429)
PIS	(161.494)	(146.284)
Aviso prévio e indenizações	(139.483)	(349.364)
Estagiários	(144.799)	(161.246)
Vale transporte	(92.647)	(102.840)
Seguro	(60.936)	(62.699)
Bolsa de estudo e treinamentos	(54.238)	(102.295)
Assistência médica	(43.508)	(64.573)
Medicamentos	(6.446)	(83.231)
Outros	(291.958)	(348.261)
(-) Transferências para custeio	2.380.889	590.488
	(24.013.381)	(23.448.805)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

24 Dispêndios/ despesas administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Prestadores de serviços	(5.885.746)	(5.373.302)
Manutenção	(4.483.133)	(2.611.607)
Transporte	(4.239.563)	(3.752.508)
Depreciação	(2.499.283)	(1.630.423)
Combustíveis e lubrificantes	(1.989.572)	(1.502.560)
Seguros	(1.135.394)	(319.568)
Água e esgoto e energia elétrica	(930.844)	(886.201)
Refeições e lanches	(595.186)	(663.650)
Aluguéis	(779.971)	(606.644)
Material de conservação	(596.512)	(551.441)
Material de escritório	(355.555)	(500.572)
Despesa com consórcios - CCGC	(344.741)	(224.748)
Telefone e internet	(297.813)	(291.260)
Viagens e estadias	(182.187)	(256.278)
Propaganda e publicidade	(44.345)	(50.000)
Multas	(33.982)	(233.743)
Indenizações	(2.500)	(388.984)
Provisão para contingências	137.223	(843.060)
Outros	(533.501)	(203.249)
(-) Transferências para custeio	2.711.122	2.509.477
	(22.081.483)	(18.380.321)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

25 Dispêndios/ despesas comerciais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fretes	(8.033.958)	(6.444.055)
Provisão com perdas de créditos de liquidação duvidosa	(2.382.661)	(1.398.619)
Prestadores de serviços	(1.817.078)	(1.533.473)
Taxa de cartão	(918.868)	(725.943)
Embalagens	(550.535)	(311.253)
Comissões	(312.366)	(830.397)
Bonificações	(288.866)	(255.718)
Propaganda e publicidade	(286.731)	(263.230)
Promoções e eventos	(124.092)	(69.816)
Outros	(23.066)	(56.415)
	<u>(14.738.221)</u>	<u>(11.888.919)</u>

26 Dispêndios/ despesas tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IOF	(903.427)	(410.996)
ICMS	(181.395)	(1.261.168)
IPVA	(39.951)	(35.958)
IPTU	(77.084)	(5.970)
CSLL	-	(3.731)
Outros	(500.481)	(352.058)
	<u>(1.702.338)</u>	<u>(2.069.881)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

**27 Outros ingressos/ dispêndios/ receitas / despesas operacionais,
líquidos**

Descrição	2022	2021
Recuperação de créditos e reversão de provisão (ii)	8.402.925	7.997.773
Receitas diversas (iii)	2.435.055	6.200.792
Resultado com participação em outras sociedades (i)	1.572.058	(10.692.277)
Bonificações	1.049.664	688.504
Venda imobilizado	316.631	132.000
Receita de aluguéis	250.488	91.762
Receitas do parque de exposição	102.000	60.290
Despesas com animais	(610.996)	(279.987)
Outros	324.430	(36.677)
	13.842.255	4.162.180

(i) Refere-se ao resultado com cooperativas investidas, principalmente a CEMIL, nos exercícios de 2022 e 2021 respectivamente, o qual foi deliberado em AGO pela capitalização das sobras no valor de R\$ 1.453.808, em 2022, e a compensação das perdas com o capital social no exercício de 2021.

(ii) A rubrica receitas diversas e recuperação de crédito refere-se significativamente a crédito de PIS e COFINS recuperados para ressarcimento e compensações de tributos mediante PER/DCOMP, e bonificações recebidas nas operações com a Petrobrás (posto de combustível), recuperação de valores relativos a perdas no leite, resultado líquido de conciliações e outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

28 Resultado financeiro

Descrição	2022	2021
Ingressos/ receitas financeiras		
Juros incorridos	2.308.023	405.844
Descontos obtidos	297.764	246.913
Rendimentos de aplicações financeiras	2.216.298	638.299
	4.822.085	1.291.056
Dispêndios/ despesas financeiras		
Juros incorridos	(14.270.992)	(3.550.567)
Descontos concedidos	(264.497)	(771.779)
Ajuste a valor presente	(235.098)	(406.225)
Outros	(1.150.622)	(739.193)
Juros sobre o capital	(1.523.923)	(1.327.846)
	(17.445.132)	(6.795.610)
Resultado financeiro, líquido	(12.623.047)	(5.504.554)

29 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

30 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Natureza da operação	2022			2021		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
(a) Saldo em 31 de dezembro:						
Ativo						
Contas a receber de cooperados	414.060	119.042	533.102	765.870	45.020	810.890
Passivo						
Obrigações com cooperados	257.854	29.479	287.333	251.450	14.478	265.928
Capital social	315.601	70.242	385.843	628.395	41.115	669.510
(b) Transações no exercício						
Cédula de presença	162.561	106.686	269.247	160.914	101.707	262.621
Remuneração paga	750.000	-	750.000	641.925	-	641.925
Faturamento	6.255.630	1.105.213	7.360.843	6.208.320	340.892	6.549.212
(c) Produção armazenada						
Grãos	6.344	-	6.344	8.056	-	8.056

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

32 Demonstrações das sobras/ lucros ou perdas/ prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Em reais

	2022			2021		
	Cooperado	Não cooperados	Total	Cooperado	Não cooperados	Total
Ingresso/ receita operacional líquido	498.522.390	124.830.378	623.352.768	446.456.643	102.835.160	549.291.803
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(445.409.659)	(113.019.743)	(558.429.402)	(398.594.047)	(85.693.489)	(484.287.536)
Sobra/ lucro bruto	53.112.731	11.810.635	64.923.366	47.862.596	17.141.671	65.004.267
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais						
Dispêndios/ despesas com pessoal	(19.144.982)	(4.868.399)	(24.013.381)	(19.119.311)	(4.329.494)	(23.448.805)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	(17.630.925)	(4.450.558)	(22.081.483)	(14.963.569)	(3.416.752)	(18.380.321)
Dispêndios/ despesas comerciais	(11.687.180)	(3.051.041)	(14.738.221)	(10.854.332)	(2.565.226)	(13.419.558)
Dispêndios/ despesas tributárias	(871.609)	(830.729)	(1.702.338)	(1.681.714)	(388.167)	(2.069.881)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	3.794.881	10.047.374	13.842.255	3.528.864	633.316	4.162.180
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	(45.539.815)	(3.153.353)	(48.693.168)	(43.090.062)	(10.066.323)	(53.156.385)
Resultado financeiro	7.572.916	8.657.282	16.230.198	4.772.534	7.075.348	11.847.882
Ingressos/ receitas financeiras	-	4.822.085	4.822.085	529.757	761.299	1.291.056
Dispêndios/ despesas financeiras	-	(17.445.132)	(17.445.132)	(5.503.316)	(1.292.294)	(6.795.610)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.572.916	(3.965.765)	3.607.151	(201.025)	6.544.353	6.343.328
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	125.049	125.049	-	96.580	96.580
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	-	-	-	(3.461.327)	(3.461.327)
Sobra/ lucro líquido do exercício	7.572.916	(3.840.716)	3.732.200	(201.025)	3.179.606	2.978.581

Observação: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

33 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	2022		2021	
		Quantidade	Valorização	Quantidade	Valorização
Soja	Kg	3.906.153	8.853.946	7.387.222	19.699.259
Milho	Kg	3.695.557	4.742.631	5.076.709	7.615.064
Sorgo	Kg	355.278	570.398	-	-
Arroz	Kg	-	-	292.610	512.068

As quantidades apresentadas acima estão valorizadas para fins de apresentação, pelos preços médios de mercado nas datas base.

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente



TATIANE RODRIGUES BRÁULIO SILVA
Contadora Responsável
CRC-MG 096060/O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Paracatu MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estoques

Conforme nota explicativa 7, a Cooperativa implantou novo sistema operacional ERP o qual contempla o módulo para o controle de estoque e custo de produção, entretanto esse módulo ainda passa por processo de testes e treinamentos, os estoques físicos passam por levantamento, bem como, revisão e conciliação da apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques de produtos adquiridos para produção e revenda. Em 31 de dezembro de 2022, devido os processos ainda não terem sido concluídos não foi possível obtermos evidências suficientes para quantificação e valorização dos possíveis efeitos sobre o saldo dos estoques, bem como, não foi possível determinar os seus reflexos no ativo circulante, resultado do exercício, patrimônio líquido e efeitos tributários.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17 de março de 2023.



InoveAud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

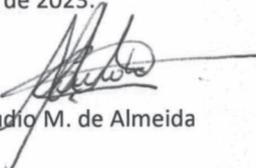
Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

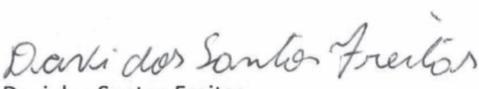


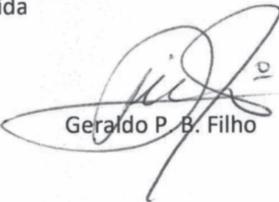
“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, examinamos as demonstrações contábeis, encerradas em 31/12/2022 compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, onde o Ativo e Passivo apresentam o saldo de R\$362.889.588 (trezentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentos e oitenta e oito reais) e as sobras à disposição da A.G.O que apresentam o valor de R\$1.655.728 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setecentos e vinte e oito reais). O Exame inclui entre outras atividades, visitas às unidades da Coopervap, conferência de estoques, caixa e do movimento bancário. Com base nas verificações efetuadas e no Parecer da Auditoria Independente, somos de opinião que as demonstrações contábeis, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação financeira, econômica e patrimonial da Coopervap em 31/12/2022, com ressalvas nos Estoques, devido a Cooperativa estar finalizando os processos de implantação do novo sistema Gerencial e Contábil - ERP, o qual contempla o modo para controle de estoque e custos de produção e passa por levantamento físico de estoques, bem como revisão e conciliação para adequação e apuração dos créditos de PIS e COFINS, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 27 de março de 2023.

Paracatu, 24 de março de 2023.


Cláudio M. de Almeida


Davi dos Santos Freitas


Geraldo P. B. Filho

(o original encontra-se em poder da Cooperativa)

Ações Estratégicas

- **Buscar excelência no atendimento e constante educação cooperativista prestada pelo colaborador ao cooperado/clientes.**
- **Continuar treinando e capacitando os funcionários na utilização do sistema TOTVS e outros como: administrativo, financeiro e fiscal.**
- **Estruturar o Setor de Controladoria/ Auditoria e melhorias dos processos internos.**
- **Planejamento e acompanhamento de metas para todas áreas comerciais.**
- **Criar uma Política Comercial, com ampliação dos negócios, critérios de créditos, logísticas e pós-vendas.**
- **Melhorar os processos de produção com controles e custos, revisar o portfólio de produtos.**

{ / u.ni.ão /
{do latim}
unio, unionis > **juntar, unir** }

União e transpa rência

{ / trans.para.rên.cia /
{do latim}
trans > **através,**
parere > **ser visível** }



COOPERVAP
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.

